timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIV PREÇO AVULSO: 120$00 Nº 151 AGOSTO 1998

TIMOR, A LESTE ALGO DE NOVO

O desenlace da recente reunião Portugal/Indonésia, sob a égide da ONU, reflecte as importantes cedências que a Indonésia tem vindo a fazer em questões de princípio e abre prometedoras frentes de trabalho.

NOVA IORQUE: ENTRE CEDÊNCIAS E EXPECTATIVAS

O desenlace da recente reunião Portugal/Indonésia, sob a égide da ONU, levantou de novo junto da opinião pública portuguesa uma recorrente questão: qual o real interesse destas reuniões, aparentemente pouco conclusivas? Para quando a resolução do problema?

Os resultados do encontro de ministros, saudados com reservada satisfação por Portugal e pela maioria dos dirigentes timorenses (incluindo Xanana Gusmão), reflectem de facto - desde que olhados com a devida atenção - as importantes cedências que a Indonésia tem vindo a fazer em questões de princípio e abrem prometedoras frentes de trabalho. Mas revelam também a vastidão de progressos que ainda permanecem por concretizar.

Num espaço de poucos meses, a Indonésia evoluiu de uma posição de rejeição absoluta de qualquer solução específica para Timor Leste (com Suharto), para a discussão de uma proposta concreta nesse sentido, sem aceitação por Portugal de qualquer pré-condição (anteriormente exigida) sobre o estatuto do território.

A Indonésia aceitou em Nova Iorque, pela primeira vez em sede negocial, o princípio político da desmilitarização do território (há declarações antigas nesse sentido, mas sempre unilaterais e puramente propagandísticas) e o da libertação dos presos políticos timorenses. Outra mais valia importante foi a do reforço da participação timorense no processo de negociações (em moldes a definir) e o da maior interveniência das Nações Unidas na sua condução e dinamização.

Aos olhos da opinião pública, do lado "menos" desta ronda ficou a não libertação de Xanana Gusmão e alguma desconfiança em relação às possíveis vantagens - que são reais, no entanto - das secções de interesses. Ficou ainda a perfeita noção de que o grau de intervenção dos timorenses nesta fase crucial do processo de tomada de decisões está muito abaixo do mínimo desejável. Ficou por fim, acima de tudo, uma sensação de *dejá vu*, de repetição de novas promessas indonésias, sem garantias de posterior consubstanciação prática e sem a definição dos adequados mecanismos de fiscalização.

CRISE FRAGILIZA POSIÇÃO INDONÉSIA

Nunca será demais insistir na questão da crise económica na Indonésia, já que ela encerra em boa medida a chave para a compreensão do processo da queda de Suharto e da evolução presente nesse país. A dimensão desta crise ultrapassa tudo o que se viu na região no pós-guerra e os analistas concordam que ela ainda não tocou no fundo. Em menos de um ano o país transformou-se de "jovem tigre" num indigente internacional, o rendimento per capita caiu para metade, 1/5 da população activa está desempregada e o sistema bancário totalmente falido.

As cedências indonésias à mesa das negociações têm de ser encaradas à luz deste panorama. A Indonésia precisa hoje desesperadamente de crédito financeiro - e político - internacional. Esse crédito só pode ser obtido mediante mudanças domésticas que credibilizem externamente uma imagem de reforma política consistente. Timor Leste faz, naturalmente, parte deste pacote.

De que tipo de reforma se trata, quando o actual regime e seus dirigentes, qual "vinho velho em garrafa nova", são filhos directos do anterior, é a dúvida que subsiste. No essencial, é ainda a *Orde Baru* [Ordem Nova] de Suharto que se mantém, seja no aparelho de Estado, seja em termos do ordenamento jurídico. Neste quadro, o fundamental da actual estratégia de Habibie é tentar ganhar tempo.

neste número:

TIMOR, A LESTE ALGO DE NOVO

CDPM NO CONSELHO DE ESTADO

MENSAGEM DE XANANA GUSMÃO

Mau grado todas as recentes declarações de boa vontade, a Indonésia não é ainda, como nunca foi no passado, um parceiro negocial credível. Precisa de provar, de forma inequívoca e continuada, a sua boa-fé. Quaisquer "medidas de criação de confiança" exigem confirmação independente, no terreno.

Não basta anunciar, com pompa e alarde, a libertação de presos políticos timorenses, quando parte deles já tinha as penas cumpridas há meses e muitos mais continuam detidos.

Não é aceitável que se encene, perante uma centena de jornalistas despachados para Díli em avião fretado, o início do processo de retirada das forças militares, quando o comandante militar do território declara dias depois que saíram 400 homens, mas que vão entrar mais 600.

A IMPORTÂNCIA DO FACTOR EXTERNO

Pelas razões expostas, a pressão da comunidade internacional teve e continuará a ter um papel determinante como motor de mudança nas posições indonésias.

Por esse motivo, as recentes tomadas de posição da União Europeia e do Senado norte-americano, no sentido do reconhecimento do direito à autodeterminação do povo timorense, foram recebidas com entendido júbilo. Em particular, a formulação do Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros da UE pouco deixa de fora, em termos de detalhe e clareza de abordagem, no capítulo das medidas de criação de confiança.

Infelizmente, a lógica dos Estados escreve-se frequentemente por linhas bastante mais tortuosas do que se poderia imaginar. Dias depois da tomada de posição dos MNE da UE, a Holanda retomava unilateral e incondicionalmente o auxílio financeiro à Indonésia, interrompido desde 1992, com o argumento de que a Indonésia estava no bom caminho e precisava de ser incentivada (*Reuters*, 26 de Julho).

Quase na mesma altura era revelado que, só na vigência do actual Governo trabalhista, tinham sido autorizadas 56 novas licenças de exportação de armamento para a Indonésia (*Guardian*, 27 de Julho). Ainda por esses dias, o vice-MNE alemão, Werner Hoyer, de visita a Jacarta, declinava responder a uma pergunta de jornalistas indonésios em relação à libertação de Xanana, dizendo que «*não iria comentar casos individuais*» (*Reuters*, 8 de Julho).

AS OBRIGAÇÕES DE PORTUGAL

Quanto a Portugal, fiel às suas responsabilidades históricas e morais de potência administrante e de advogado da parte timorense, cabe-lhe manter-se firme nas questões de princípio e inovar nas matérias práticas.

A defesa intransigente do direito do povo de Timor Leste à autodeterminação e do mecanismo da consulta popular directa e em condições de liberdade de escolha, fazem parte das questões de princípio, inegociáveis. Esses princípios passam pelo reforço da participação timorense no processo negocial e por um apoio empenhado à solidificação e estruturação da sociedade civil timorense.

A nova fase que se abre está repleta de riscos, mas também de oportunidades. Face à questão, Portugal tem privilegiado uma política externa de tipo tradicional, suportada em laboriosas negociações de bastidores. O momento presente exige uma diplomacia diferente, capaz de aprender a trabalhar num ambiente substancialmente mais volátil que o do passado. O trabalho de gabinete, que deverá ser mais atento ao detalhe, terá de aliar-se à presença e intervenção no terreno, em Timor Leste e na Indonésia (vastas potencialidades se abrem, nesse domínio, em relação à futura secção de interesses em Jacarta).

É necessário conciliar esta exigência de rigor com uma maior capacidade de afirmação, não hesitando em confrontar os nossos parceiros comunitários e os EUA com o desajuste entre as suas declarações e a sua prática política.

É preciso também exigir à ONU um papel mais activo. E por último, Portugal deverá começar a preocupar-se em preparar o futuro do território, lançando as bases duma política de cooperação, ao nível da formação de quadros e do apoio a projectos nas áreas do ensino e da inserção profissional.

***

Este artigo foi publicado na edição de 22 de Agosto de 1998 do semanário *Expresso*, assinado por Luís Paulo, membro da Comissão para os Direitos do Povo Maubere

A CDPM NO CONSELHO DE ESTADO

Tal como sempre tem feito em ocasiões semelhantes, a CDPM elaborou um documento de reflexão - "Questões centrais para a solução negociada do conflito em Timor Leste" - que fez chegar a todos os participantes da reunião do CE que antecedeu o encontro de MNE em Nova Iorque nos princípios de Agosto. Desse documento seleccionámos um pequeno excerto:

»A reafirmação dos princípios do direito internacional, em particular do direito à autodeterminação (através da realização de um acto de consulta universal aos timorenses, em condições de paz, segurança e total liberdade de expressão), tem de continuar a ser um ponto de referência permanente.

O envolvimento da parte timorense nas negociações sobre o futuro do território não-autónomo de Timor Leste tem de ser assegurada - evoluindo desde os Encontros Intra-Timorenses renovados, nos seus objectivos e composição, até a uma participação directa. O compromisso e empenho das Nações Unidas e de Portugal, de acordo com as respectivas vocações e mandatos, precisam de ser reforçados nesta fase em que se verificam maiores oportunidades, mas também crescentes exigências e responsabilidades. A concretização de medidas de confiança reais, tanto no plano político-militar como cívico-político, supervisionadas internacionalmente, no âmbito do mandato da ONU, é urgente.

Só neste contexto se poderiam considerar, quer a proposta de autonomia especial - como uma fase transitória - apresentada por Jacarta, quer a abertura de secções de interesse em Portugal e na Indonésia. Todas as medidas têm de contribuir para criar um clima de segurança e progressiva afirmação dos direitos e liberdades no território, evitando a todo o custo manobras de intimidação e provocação, manifestações de violência e de crise económica incontrolável, perda de vidas. A sociedade civil e as instituições timorenses precisam de ser reforçadas de uma forma coerente e sustentada, sob vários aspectos e recorrendo a uma diversidade de apoios.»

XANANA GUSMÃO: UMA SOLUÇÃO PARA TIMOR

Sectores da sociedade civil indonésia procuram vias para uma solução negociada para o problema de Timor. Xanana Gusmão, da prisão de Cipinang, deu-lhes o seu contributo.

Para um seminário realizado na capital indonésia em 12 de Julho, organizado pelo SOLIDAMOR (*Solidaritas untuk Penyelesaian Damai Masalah Timor Timur*, Solidariedade para uma Solução Pacífica para Timor Leste), o Comandante Xanana Gusmão enviou da sua cela uma mensagem de que publicamos aqui alguns excertos.

A PAZ NÃO É APENAS A AUSÊNCIA DE GUERRA

«(...) Quero abrir um parênteses para, em nome do Povo de Timor Leste, manifestar aqui a nossa profunda admiração pela tenacidade e coragem da Juventude Indonésia, que conseguiu cristalizar as profundas aspirações do Povo irmão Indonésio e derrubar, num movimento pacífico, um sistema repressivo de três décadas, abrindo assim um novo capítulo na História da Indonésia e da Região. (...).

Tal como milhões de indonésios, nós, os timorenses, também esperamos que o actual processo de reformas na Indonésia venha a culminar numa verdadeira democracia (...).

Tal como milhões de indonésios, nós, os timorenses, vivemos décadas sem o direito à vida, como nação e como povo, sem a liberdade de agir e condenados pela repressão da força das armas e pela lei da violência e do crime.

A paz não é apenas a ausência de guerra. A verdadeira paz começa a partir do indivíduo, é a paz de espírito. Nenhum ser humano encontra paz no seu dia-a-dia se se sente ameaçado, se se sente usurpado dos seus direitos. (...). Direito e justiça, liberdade e paz! Não pode haver direito se, em lugar da justiça, se utiliza a mentira. Não pode haver paz, se em vez da liberdade reina a repressão, nem pode haver liberdade onde o direito é espezinhado!

No contexto das reformas na Indonésia este pensamento é importante porque foi à luz dos verdadeiros objectivos do processo de reformas que muitos casos de injustiça reapareceram exigindo a devida atenção. (...).

Não vou elaborar sobre factos anteriores à invasão e as terríveis consequências daquele acto e da consequente ocupação militar do território desde 7 Dezembro de 1975.

Desde aquele trágico dia o povo de Timor Leste tem consciência de que faz frente a uma poderosa Nação, militarmente armada pelos seus grandes parceiros económicos. Apesar da enorme desigualdade de forças, o povo Maubere tem uma fé. A fé de que nada é eterno e que os regimes ditatoriais e colonialistas têm os seus dias contados. (...).

Se Jacarta considerou que o tempo actuava a seu favor era porque, para o general Suharto, a consciência das pessoas não existia, pois o que contava era a supremacia da força, da violência e do terror. (...).

É assim que, no momento actual, o povo de Timor Leste está mais certo do que nunca de que aquele tão longamente esperado 'tempo' se aproxima agora a passos largos. E está confiante de que o seu direito à autodeterminação e independência nacional lhe será devolvido pelo novo regime democrata na Indonésia. Porque, tanto como os 200 milhões de indonésios, nós os timorenses acreditamos que o processo de reformas na Indonésia levará irremediavelmente à implantação da verdadeira democracia na Indonésia. (...).

Dentro do espírito de reforma em que Jacarta está a considerar uma descentralização do poder para as províncias, o governo indonésio oferece uma autonomia mais alargada a Timor Leste, na intenção de que essa será a única solução para o território. Houve quem considerasse isso uma importante concessão por parte da Indonésia (...).

Já em 1984 tentaram adular-me com as supostas vantagens que uma autonomia poderia trazer a Timor, onde se falaria o português, se privilegiaria a religião católica e se respeitariam as tradições e a cultura timorenses. Portanto, autonomia não é um canto de sereia novo para os meus ouvidos. (...).

Todos se devem lembrar que, em 1994, quando o Presidente Clinton veio à Indonésia e disse ao general Suharto para considerar para o 'Tim-Tim' um estatuto de autonomia, o então ditador não se mostrou minimamente interessado. (...).

Agora, é Ali Alatas que torna pública a vontade do governo (...), oferecendo uma autonomia como a solução mais realista. E o ministro indonésio (...) apresenta (...) os argumentos que há 10 anos atrás herdou, com lealdade ideológica, dos seus antecessores, (...):

1. Que fomos nós que não aceitámos o referendo;

2. Que nós somos uma insignificante minoria e por isso o referendo se torna impraticável;

3. Que o referendo pode provocar uma guerra civil. (...).

Ser realista é aceitar as mudanças dos tempos, ser realista é adaptar o pensamento às circunstâncias do presente e com uma visão construtiva do futuro.

Realisticamente falando, contudo, eu tento compreender o que é que as pessoas que concordam com a autonomia, mais alargada ou menos alargada, pensam que podem obter desse estatuto. A base do desenvolvimento de qualquer indivíduo, sociedade ou país está na economia. É o fundamento, tão vital como agora se sente na Indonésia, nesta prolongada crise que fez parar praticamente a roda da economia indonésia. (...). Tão vital que a Indonésia necessita desesperadamente da ajuda externa.

Realisticamente falando, pergunto-me se as pessoas que esperam obter o máximo proveito do estatuto de autonomia já pensaram que 800 mil timorenses representam uma insignificância na sua relação com os 200 milhões de indonésios, necessitados de uma desesperada recuperação económica.

O povo irmão Indonésio ainda não sabe que as despesas militares em Timor Leste, durante estes 23 anos, tiveram também uma quota importante na crise económica por que a Indonésia está a passar. (...).

Realisticamente falando, deveríamos fazer um apelo às autoridades indonésias para se preocuparem com os projectos de desenvolvimento parados e se preocuparem com os milhões de crianças indonésias que não têm possibilidade de estudar ou continuar os estudos. (...).»

DIÁLOGO: DA MANIPULAÇÃO À SERIEDADE

«Dentro do espírito da reforma, esperamos que o governo indonésio tenha adquirido uma outra disposição política para o diálogo. O diálogo não pode continuar a ser um instrumento para impor a vontade a outros, o diálogo não pode continuar a ser uma tentativa de manipulação política.

O diálogo deve ser franco e sério, o diálogo deve ser conduzido pelo respeito pelas opiniões dos outros, deve ser orientado para a possibilidade de compromissos que satisfaçam todas as partes envolvidas no processo.

Já há muito que advogávamos o diálogo sem pré-condições! E isto significa que assim como nós iríamos ao diálogo para ouvir a Indonésia argumentar sobre a validade da anexação militar do território, a Indonésia seria capaz de ouvir-nos falar do direito à autodeterminação e das normas de descolonização. (...).

Nas suas últimas declarações, Ali Alatas quis supor que a concessão de um estatuto de autonomia alargada poderia ser a tal solução internacionalmente aceitável. Nesta ordem de ideias, eu devo supor também que Ali Alatas deixou o tom arrogante de que 'a integração é coisa que não se discute' para o tom ainda arrogante de que, concedendo uma autonomia para Timor Leste, a integração é coisa que não se vai discutir. (...).

O que está em causa, no problema de Timor Leste, é o estatuto político. O estatuto político que o regime colonialista do general Suharto não queria que fosse discutido nos encontros Intra-Timorenses.

O estatuto político pressupõe uma base jurídica de legitimação. Uma autonomia não terá nenhuma base jurídica de legitimação porque não elimina a essência da questão. Timor Leste foi militarmente anexado pela Indonésia. Ao povo de Timor Leste ainda não foi dada a oportunidade para se pronunciar livremente sobre o seu futuro político.

E esta substância do problema é que vem conservando Timor Leste como um caso da ONU. E não, como Ali Alatas tentava convencer os indonésios, que o caso continuava na ONU porque Portugal não desejava uma solução e Ramos-Horta comprava a consciência da comunidade internacional.

Um verdadeiro diálogo deve partir de bases sérias. O governo indonésio está a considerar seriamente o caso da morte dos 3 estudantes da Universidade de Trisakti e o caso das violações dos dias 13 e 14 de Maio. O governo indonésio deve considerar muito mais seriamente a morte de 250.000 Timorenses por causa da guerra que o general Suharto mandou fazer em Timor Leste. E nós não acreditamos que o novo regime democrático esteja a pensar em pôr fim à dita rebelião Timorense com uma nova escalada de operações militares. Porque o povo indonésio e o povo timorense aspiram à paz.

Como sempre foi nossa disposição, continuamos abertos ao diálogo e convidamos o governo indonésio a ser realista e sério nos futuros encontros.

Eu creio até que, mais do que os timorenses, é a comunidade internacional e o próprio povo irmão indonésio que exigem esta seriedade política por parte do governo de Jacarta, em sintonia com as reformas e em sintonia com as perspectivas da implantação de um regime democrático na Indonésia.

Desejamos partir para o diálogo na base de que a substância do problema é a questão central que definirá o curso das conversações. E essa substância, o verdadeiro âmago do problema, deve ser visto à luz do Direito Internacional, dos princípios universais e das resoluções da ONU. Desejamos partir para o diálogo em pé de igualdade de direitos e obrigações. Conhecemos as preocupações da Indonésia, mas nós também conhecemos, melhor do que ninguém, as aspirações do povo Maubere. O diálogo deverá servir para contrabalançar aquelas preocupações com as legítimas aspirações do nosso povo.

Estamos preparados para considerar os interesses da Indonésia, agora e no futuro, pela plena consciência de que fazemos parte do Sueste Asiático, de que somos vizinhos de uma grande Nação e pelo total repúdio à guerra e aos conflitos entre povos e nações.

Acreditamos firmemente que, assumindo esta posição política, nenhuma das partes do conflito em Timor Leste sairá vencida ou vencedora. Consideramos seriamente a possibilidade de as Forças Armadas indonésias virem a assumir um papel novo, integradas no processo de solução. Acreditamos firmemente também que os resultados de um diálogo sério irão necessariamente contribuir para a criação de novas relações entre todos os agentes de um processo pacífico de solução.

Temos plena consciência de que, para se chegar a uma solução justa onde se estabeleça uma paz verdadeira e duradoura, várias medidas de confiança devem ser consideradas, como complemento de um processo pacífico, trabalhado com seriedade e responsabilidade.

Estamos a enterrar o passado, a enterrar a história destes 23 anos de guerra, considerando que o que aconteceu em Timor Leste foi um erro histórico. Estamos dispostos a assumir compromissos políticos para assegurar as melhores relações com o povo irmão indonésio e para garantir as melhores relações com o Estado democrático da Indonésia, no futuro.

Para começar, esperamos que se incentivem e se intensifiquem os encontros do AIETD [Intra-timorenses], *para que os timorenses tenham finalmente a oportunidade de uma real troca de impressões. Digo finalmente, porque se antes havia a condição imposta pelo regime do Suharto de que não se devia discutir o 'estatuto político do território', acreditamos que no futuro o estatuto político do território deverá ser o centro dos debates do AIETD.*

Com uma nova composição do AIETD, dotada da capacidade de diálogo, Jacarta não deve impor ao mundo que todos os que partem da Indonésia são pró-integração e todos os que estão no estrangeiro são anti-integração. A seriedade na busca da solução deve começar nestes pequenos mas importantes elementos do processo. É tempo de o ministro Ali Alatas começar a provar que já não é o mesmo MNE do regime repressivo e colonialista de Suharto, mas o MNE de um governo das reformas que estão a ter lugar na Indonésia.

É tempo de o ministro Ali Alatas pensar que não representa o povo de Timor Leste mas os interesses da Indonésia. É tempo também para o ministro Ali Alatas considerar que os princípios universais, o direito internacional e as resoluções da ONU constituem a base legítima das nossas reivindicações. E nisto não haverá compromissos! (...).

É esta, portanto, a posição do Concelho Nacional da Resistência Timorense quanto às perspectivas de solução do caso de Timor Leste.

Continuamos a advogar o diálogo como o instrumento para a busca de solução e estamos dispostos a assumir os necessários compromissos para que se assegure uma solução justa e uma verdadeira e duradoura paz em Timor Leste e que respeite os interesses da Indonésia.

Não pode haver uma verdadeira solução sem que ela passe pelo referendo!

E nós somos mais realistas agora do que nunca! E a nossa Luta (já) tem 23 difíceis anos!»

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2º E, 1050 Lisboa, Tel.: 3172860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@esoterica.pt
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317